



FACULDADE DOCTUM DE CARATINGA

BÁRBARA KAROLINE RODRIGUES LOPES
FERNANDA DIAS LOPES

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO MEIO DE REDUÇÃO DE CUSTOS
VARIÁVEIS NAS EMPRESAS DE CARATINGA-MG**

BACHARELADO
EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARATINGA – MG
2019

BÁRBARA KAROLINE RODRIGUES LOPES
FERNANDA DIAS LOPES

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO MEIO DE REDUÇÃO DE CUSTOS
VARIÁVEIS NAS EMPRESAS DE CARATINGA-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Doctum de Caratinga, como exigência na disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.
Prof. Orientador: MSc Vagner Bravos Valadares

CARATINGA - MG

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO MEIO DE REDUÇÃO DE CUSTOS VARIÁVEIS NAS EMPRESAS DE CARATINGA - MG, elaborado pelo(s) aluno(s) BÁRBARA KAROLINE RODRIGUES LOPES e FERNANDA DIAS LOPES foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceito pelo curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS das FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Caratinga 10/12/2019



VAGNER BRAVOS VALADARES
Prof. Orientador



SÍLVIA HELENA COSTA MARTINS
Prof. Avaliador 1



CARLOS ANTÔNIO LEITGUINHO BITENCOURT
Prof. Examinador 2

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus em primeiro lugar, pois sem Ele e nossa fé Nele não teríamos conseguido chegar até aqui;

Às nossas famílias, parceiros fundamentais de todos os momentos, nos apoiando nos momentos de maiores dificuldades;

Aos colegas de turma, parceiros de caminhada, com quem dividimos risos e choros;

Aos profissionais de todos os níveis da Doctum Caratinga, em especial ao nosso orientador, pela paciência e perseverança.

DEDICATÓRIA

Dedicamos às nossas famílias, que ao longo desse trajeto sempre compreenderam nossa ausência e cansaço para alcançar os objetivos propostos no início dessa caminhada.

“Que diremos, pois, a estas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós? Aquele que nem mesmo a seu próprio Filho poupou, antes o entregou por todos nós, como nos não dará também com ele todas as coisas?”

Romanos 8:31,32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Ramo de atividade	29
Gráfico 02 – Quantidade de Tempo no Negócio	30
Gráfico 03 – Tempo formal no negócio	31
Gráfico 04 – Planejamento para redução de Custos.....	31
Gráfico 05 – Tipo de Planejamento de Custos	32
Gráfico 06 – Conhece o conceito de Contabilidade Ambiental	32
Gráfico 07 – Conhece medidas de redução custos Contabilidade Ambiental ..	33
Gráfico 08 – Possibilidade de aplicar a Contabilidade Ambiental na empresa.	34
Gráfico 09 – Utiliza recurso sustentável	35
Gráfico 10 – Conversou com o contador sobre Contabilidade Ambiental	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dificuldades enfrentadas	23
Quadro 2- Causas comuns de falhas nos negócios	26
Quadro 3 - Classificação dos fatores contribuintes para a mortalidade precoce.	26

RESUMO

A presente pesquisa aborda a questão da contabilidade ambiental como meio de redução de custos variáveis nas empresas de Caratinga-MG. Considera-se que a Contabilidade Ambiental seja um ramo da ciência contábil relativa à Contabilidade e responsabilidade social que engloba eventos e ações realizadas pelas empresas para redução do impacto no meio ambiente, bem como para a redução de custos. Sua função é controlar os dados referentes à empresa que podem afetar direta ou indiretamente o meio ambiente, analisando os dados correspondentes ao patrimônio ambiental. Fornece ao público externo e investidores quais eventos podem causar alterações no patrimônio da organização. Desta forma, esta pesquisa tem por objetivo analisar a contabilidade ambiental como meio de redução de custos variáveis em empresas de Caratinga-MG, partindo de uma revisão de literatura e a aplicação de um questionário a alguns empreendedores do município sobre as medidas tomadas em sua gestão sobre meio ambiente e redução de custos.

Palavras-chave: contabilidade ambiental, redução de custos, empresas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONTABILIDADE AMBIENTAL	13
1.1 Conceito.....	13
1.2 Contas Ambientais	14
2. ENQUADRAMENTO LEGAL DAS EMPRESAS	19
2.1 Aspectos Gerais.....	19
2.2 MEI.....	20
2.3 Micro e Pequenas Empresas	23
3. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
3.1 Metodologia	28
3.2 Coleta de Dados	28
3.3 Análise dos Dados	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

A questão da Contabilidade Ambiental está em processo de evolução no Brasil. Por ser um tema relativamente novo, muito pode ser discutido e estudado, pois sua prática ainda não está regulamentada.

Em algumas empresas, depara-se com problemas de gestão relativos ao meio ambiente, nisso, os gestores passaram a requerer da contabilidade informações financeiras que os auxiliem nesse problema, de modo geral, existia contadores despreparados, fato que ocorreu na década de 90, principalmente a partir da ECO/92, e com o agravamento dos problemas ambientais. A partir daí, contadores, institutos de pesquisas, organismos profissionais e órgãos de governo de vários países começaram a estudar este assunto, com o objetivo de contribuir para o estabelecimento de novos procedimentos, de uma nova metodologia ou, ainda, de contribuir para o aprimoramento dos procedimentos e da metodologia contábil já existente naquela década, a fim de apresentar uma resposta que ajude nas necessidades de informações financeiras sobre o meio ambiente e com a entidade.

Hoje o que dificulta a evolução da Contabilidade Ambiental é a resistência dos empresários em reconhecer sua responsabilidade perante a sociedade, mas não sabem que poderão ser beneficiados com essa responsabilidade social, ligando as empresas com a sociedade.

A Contabilidade Ambiental é um ramo da Contabilidade que visa utilizar os conceitos contábeis a fim de gerar ativos e passivos ambientais, fazendo com que a gestão vislumbre efeitos positivos nos resultados apresentados pela Contabilidade.

Desta forma, buscou-se como problema compreender como a gestão consciente da empresa por meio de técnicas de contabilidade ambiental pode influenciar no resultado final da empresa, à partir da redução dos custos variáveis de pequenas empresas no município de Caratinga/MG.

A contabilidade ambiental apresenta a importância da tomada de decisões com vistas à sustentabilidade, pois a prevenção de um acidente tem custos menores do que o reparo do dano causado.

Por objetivo geral está analisar como a contabilidade ambiental pode ser utilizada como meio de redução de custos variáveis nas empresas de Caratinga-MG. Como objetivos específicos estão: relatar a importância da Contabilidade Ambiental, analisar os meios de redução de custos à partir de conceitos da Contabilidade, elencar ações práticas que podem favorecer empresas na utilização das técnicas da Contabilidade Ambiental.

Como marco teórico, estão Tinoco e Kraemer (2011) que destacam que “empresas que investem em meio ambiente provocam melhorias em seu desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, incentivando o incremento da produtividade dos recursos utilizados em seu processo produtivo”

Neste mesmo sentido, pode-se propor soluções práticas para que as empresas em Caratinga/MG realizem a substituição de insumos e produtos, que não reduzam a qualidade e que além de promover um custo menor para a organização, também possa contribuir para o meio ambiente.

Para fins desta pesquisa, o estudo foi dividido em três capítulos distintos: o primeiro abordando a questão da Contabilidade Ambiental e suas perspectivas, o segundo sobre o enquadramento legal das empresas e o terceiro relativo à metodologia, levantamento de dados e apresentação dos dados e discussão dos resultados.

1. CONTABILIDADE AMBIENTAL

1.1 Conceito

Segundo Ferreira (2009), a preocupação com o meio ambiente começou somente no século XX e, principalmente a partir dos anos 70, passou a ter grande repercussão na sociedade, com uma visão de que o problema não poderia ser de responsabilidade localizada, mas de responsabilidade globalizada.

A primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente foi realizada em Estocolmo em 1972, com repercussão internacional, e foi um passo para a conscientização ambientalista mundial sobre os problemas ecológicos. (FERREIRA, 2009).

Ainda de acordo com Ferreira (2009):

Foi realizado um seminário internacional de educação em Belgrado, com a participação de vários países e resultados apresentados na chamada carta de Belgrado, cujo conteúdo abordado resumia; qualidade de vida ligada à felicidade humana; preservação e melhoria das potencialidades humanas; e desenvolvimento do bem estar social e individual; onde todos esses itens são subordinados à harmonia com o meio ambiente, biofísica e antrópico. (p.36)

De acordo com o autor, a Carta Belgrado editada pelo Instituto Nacional do Ambiente, aponta que a finalidade da Educação Ambiental é formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os seus problemas, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de compromisso que lhe permita trabalhar individual e coletivamente na resolução das dificuldades atuais, e impedir que elas se apresentem de novo.

No que diz respeito ao conceito de Contabilidade Ambiental, Tinoco e Kraemer (2011), afirma que esta é um ramo da Contabilidade que tem por objetivo analisar os gastos, ativos, passivos, despesas (custos) e receitas ambientais, em decorrência das atividades empresarias que impactam no meio ambiental.

1.2 Contas Ambientais

A classificação das contas é fundamental para registrar e evidenciar todos os fatos ocorridos na contabilidade. Carvalho (2008) ressalta que poderia ser escrituradas ou demonstradas contabilmente, em composição e função das diversas contas específicas, para evidenciar fatos contábeis ambientais.

Conceituando a contabilidade da gestão ambiental, segundo Tinoco e Kraemer (2011), objetiva os gastos, ativos, passivos, despesas (custos) e receitas ambientais, em decorrência das atividades empresarias que impactam no meio ambiental.

Na Contabilidade Ambiental, um Ativo Ambiental pode ser compreendido como aplicação e investimentos ligados à preservação ambiental. Tinoco e Kraemer (2011) definem como recursos que possuem capacidade de gerar benefícios econômicos futuros, em que acontece a capacidade de transferir por força da economia, reprocessados de termos financeiros, que foram adquiridos como resultados e transações atuais ou realizadas no período anterior.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2011):

O Ativo é o resultado econômico referente às atividades da entidade onde se espera obter de um agente no período futuro e valor econômico de um Ativo defini o valor atual dos resultados econômicos futuros, sendo calculado o nível da taxa de desconto no custo de oportunidades de igual risco. (p.153)

Os Ativos Ambientais, de acordo com os autores, são bens adquiridos pela empresa que exercer atividades voltadas ao controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Representam os estoques dos insumos, peças, acessórios etc., onde são utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição e de geração de resíduos; tais instituições adquirem ou produzem o produto com intenção de amenizar os impactos e danos causados ao meio ambiente de forma a fazer investimentos em máquinas e equipamentos de tecnologias.

Os benefícios são diversos, podendo ser através da capacidade ou melhoria da eficiência ou da segurança de outros ativos pertencentes da entidade, da redução ou prevenção da contaminação ou degradação do ambiente que deveria ocorrer

como resultado de atividade futura, ou ainda, a conservar o meio ambiente.(TINOCO e KRAEMER, 2011).

Ribeiro (1998) definiu os ativos ambientais como:

Recursos econômicos controlados por uma instituição, buscando os resultados de transações ou eventos passados, onde os quais espera obter benefícios financeiros no período futuros, e que tenham por finalidade principal o controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

No que tange ao Ativo Ambiental através do aumento em série de fatores como segurança, eficiência e capacidade na empresa em outros ativos próprios, a redução e prevenção de possíveis danos ou contaminação ao meio ambiente resulta em futuras operações; ou ainda, a preservação e conservação do ambiente no seu estado normal.(TINOCO e KRAEMER, 2011).

Conforme o autor acima, para classificar os gastos realizados com pesquisas e estudos realizados pela empresa, visando ao desenvolvimento de tecnologia moderna, é preciso ação que reflita, nos exercícios futuros, um meio para geração de ativo.

Diante do exposto, para a classificação dos ativos ambientais pode-se utilizar os fatos em contas específicas dos demonstrativos ambientais, visto que a preservação e recuperação do meio ambiente, infelizmente, não acontecem de forma imediata. Tais ocorrências podem ser evidenciadas, também como ativos não circulantes do subgrupo do imobilizados.

Ribeiro (2005) sugere que a classificação seja considerada estoques como insumos adicionáveis ao processo produtivo para eliminar, reduzir ou controlar os níveis de emissão de resíduos, incluindo matérias para recuperação do ambiente afetado por impactos ambientais causados pelas instituições.

Partindo dessa premissa, que entra o trabalho das empresas que devem se adequar às questões relacionadas ao meio ambiente, posicionando sua filosofia para questões ambientais, enfocando-a na contabilidade ambiental. Essas instituições aplicarão os procedimentos contábeis, abordando-os no ativo ambiental, através de notas explicativas, relatório da administração, gerando um sistema de informações quanto à postura ambiental.

Para O Instituto Brasileiro de Contabilidade, por meio das Normas e Pronunciamentos em Auditoria (NPA) 11 (1996), na contabilidade Ambiental, o

passivo está relacionado à agressão que a entidade promove ao meio ambiente, bem como aos gastos que ela terá para compensar tais danos. O passivo ambiental pode ser compreendido como “toda agressão que se praticou ou pratica contra o Meio Ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”.

Segundo os autores supramencionados, podem existir duas formas de passivos ambientais: passivos ambientais normais, decorrentes do processo produtivo com a emissão de resíduos prejudiciais à natureza e passivos ambientais anormais, surgem em decorrência de situações imprevisíveis, como acidentes no decorrer da produção, sendo assim, provocarão desembolso financeiro para a empresa, caracterizando em passivos.

São receitas ambientais decorrentes de prestação de serviços especializados em gestão ambiental: venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matérias-primas; redução do consumo de energia; redução do consumo de água; participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Tinoco e Kraemer (2011) conceituam que as “empresas que investem em meio ambiente provocam melhorias em seu desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, incentivando o incremento da produtividade dos recursos utilizados em seu processo produtivo, que poupadores de recursos podem ser analogia considerados receitas, além de contribuírem para a redução de impactos ambientais.”.

Os autores citados consideram o ganho de mercado que a empresa passa a receber com relação à opinião da sociedade, reconhece sua política preservacionista dando preferência aos seus produtos, devido às grandes mudanças no ambiente.

Segundo o IASC (apud IUDÍCIBUS & MARION, 2000), a receita pode ser definida como “(...) o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade que redundam num acréscimo do patrimônio líquido outro que não o relacionado a ajustes de capital (...)”.

A receita ambiental, para Braga (2007), é proveniente das atividades da entidade, que está diretamente ligada às atividades operacionais. Assim, para a

empresa obter créditos, ela necessita construir um projeto na qual a empresa deve atender à preservação ambiental, através de discussões e decisões aprovadas, terá uma parcela de contribuição para com o meio ambiente.

Na contabilidade, custo ambiental resulta no consumo de ativos no processo de produção de bens e serviços. Para Carvalho (2007), está relacionado às despesas financeiras, em que se associam à produção os custos e as despesas incluídas para obtenção de receita.

Assim, todos os gastos devem ser registrados para prevenir, preservar, ou reparar danos resultantes da atividade operacional exercida pela entidade, com papel de proteger águas, despoluir ambientes, preservar ou melhorar a qualidade do ar, reduzir ruídos através de estudos voltados para produtos ambientalmente corretos.(CARVALHO, 2007).

Para um melhor entendimento do que é custo ambiental, faz-se necessário identificar a interação das empresas com o meio ambiente, seja através do consumo de recursos naturais renováveis e/ou não renováveis para a geração de renda, de bens ou de serviços, seja através da produção de resíduos e de sua disposição.

A mensuração dos custos ambientais, segundo Ribeiro (2005), deve ser limitado aos instrumentos da contabilidade, pela sua natureza, a qual se enquadra na classificação de custos indiretos de fabricação, ou no consumo dos recursos ocorridos ao processo produtivo. Com o custeio por atividade, os custos ambientais são definidos com a mensuração dos recursos consumidos pelo controle das atividades de preservação e recuperação ambiental.

Segundo Carvalho (2007):

O custo de degradação ambiental não deve ser exposto à sociedade, sem que as informações sejam mescladas, onde a empresa deve assumir suas responsabilidades apresentando os controles internos a fins dos custos. (p.58)

Assim, para Ribeiro (2005), os custos ambientais geram eficiência nas operações da instituição e, conseqüentemente, sua eficácia ambiental. Estes são os fatos que tornam os custos operacionais de natureza, classificados, devidamente separados, através das definições do rateio em conjuntos de tratamento de efluentes líquidos e resíduos sólidos, recuperação de locais degradados e contaminados por

produtos químicos, através da reciclagem e do controle de todo o nível de conformidade.

As despesas se diferem dos custos, pois estão relacionados com a produtividade, enquanto as despesas dos esforços complementares das vendas tanto referem às despesas ou gastos financeiros no processo de obtenção de receitas. Alguns conceitos de despesas se referem a ela, como sacrifício financeiro, como para Marion (2004): “a despesa é todo sacrifício, todo esforço da empresa para obter receita”.

A despesa torna-se ambiental quando estiver ligado a um elemento do meio ambiental, estando este ligado, ou não, à atividade-fim da empresa. Conforme Ribeiro (2005), “consideram-se despesas ambientais todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa”.

Segundo Kraemer (2009), são exemplos de despesas de natureza ambiental:

- despesas ocasionadas pela prevenção de contaminação relacionada com as atividades operacionais atuais;
- o tratamento de resíduos e vertidos;
- a descontaminação e a restauração;
- a gestão do meio ambiente;
- a auditoria ambiental.

Conforme Braga et al. (2007), além dos exemplos citados, pode-se destacar ainda como despesas ambientais:

- os salários e encargos do pessoal empregado na área de políticas internas de preservação ambiental;
- todos os gastos relacionados a treinamento na área de prevenção ambiental, como horas-aulas dos instrutores e aquisição de equipamentos de proteção ambiental;
- despesas com multas e indenizações ambientais.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL DAS EMPRESAS

O capítulo aqui descrito aborda os enquadramentos das empresas no Brasil, especificamente tratado dos Microempreendedores Individuais – MEI, as micro e pequenas empresas, abordando o aspecto legal, o desenvolvimento de cada setor no mercado, as dificuldades enfrentadas e os índices de sucesso e fracasso de cada um dos enquadramentos abordados.

2.1 Aspectos Gerais

São apresentados neste tópico conceitos que possibilitem a compreensão do tema proposto, abordando conteúdos relevantes para entendimento do problema, como a definição de micro e pequenas empresas, legislação relativa, pronunciamentos, relevância das micro e pequenas empresas e seus riscos de mortalidade.

Atualmente no país há uma grande representatividade das micro e pequenas empresas no desenvolvimento da economia do país, hoje existem cerca de 6,4 milhões de estabelecimentos, onde do total 53,4% são representadas por micro e pequenas empresas, ainda representando 52% dos empregos com carteira assinada. (IBGE, 2016)

Na Região Sudeste 51% das empresas de varejo e prestação de serviços são representados pelas micro e pequenas empresas. No ano de 2015, foi identificado um crescimento de 23,34% no crescimento desse setor no estado de Minas Gerais, onde anteriormente representava 10,34% (45.342), das micro e pequenas empresas. (IBGE, 2016)

2.2 Micro Empreendedor Individual - MEI

A Lei Complementar nº 123/06 tem como objetivo instituir uma série de benefícios para as empresas enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que optaram pelo Simples Nacional, Isto posto, permanecia a dificuldade de registro de pequenos autônomos ou vendedores ambulantes que viam na regularização e nos custos da abertura de seu empreendimento um grande entrave ao seu desenvolvimento. Frente a esta situação que o referido diploma legal teve sua redação alterada pela Lei Complementar nº 128/08 que, dentre outras disposições, trouxe maiores oportunidades de regularização das pessoas físicas que exercem a empresa de forma autônoma, com a criação do Microempreendedor Individual (MEI) (CHARONE, 2010).

O Microempreendedor Individual (MEI), é a figura jurídica, que se destaca como o principal caminho para aqueles empreendedores que estão vislumbrando as oportunidades que o mercado poder oferecer às empresas legalizadas. No país todo é intenso o atendimento do sistema Sebrae para os microempreendedores individuais, tornando-os clientes mais numerosos. Há uma tendência crescente para serviços de orientação, consultorias, cursos de gestão, finanças, compras, vendas, e outros direcionados para o acesso ao mercado e acesso ao crédito. (ANDRADE, 2014)

Seguindo a nova disposição constitucional, foi promulgada a Lei Complementar 123/2006, conhecida como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que veio a ser o novo Estatuto das MEs e EPPs e que daí em diante ficou conhecida de Lei Geral das MEs e EPPs ou simplesmente de Lei Geral, revogando expressamente as Leis 9.317/1996 e 9.841/1999, sendo que, em 2008, foi alterada pela LC 128/2008.

A Lei Nº 123/06 define o conceito de MEI em seu art. 18-A:

Considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (adiante reproduzido) - Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00* (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso

de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

No caso de início de atividades, o limite de receita será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro.

De acordo com o § 1º para efeitos da LC, compreende-se como MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.146, de 10 de janeiro de 2002 (CC), que tenha realizado receita bruta, no ano- -calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 de (sessenta mil reais), e que opte pelo Simples Nacional. Atualmente o faturamento anual do MEI é até o limite de R\$81.000,00 (oitenta e um mil reais). A criação do MEI tem por objetivo, legalizar a pequena atividade informal e a proteção previdenciária, visando formalizar trabalhadores que até então estavam na informalidade. (SCALCO, 2013).

A Lei Complementar 128 traz um grande benefício tanto para os micro empreendedores como para a economia brasileira de um modo geral: a formalização legal desses profissionais. Através desse processo, eles adquirem direitos importantes como a qualificação de segurado do INSS, o acesso ao crédito, o direito de participar de licitações públicas e a possibilidade de negociar com as demais empresas de forma transparente, sem a menor preocupação com a atuação do fisco sobre sua atividade, uma vez que aderiu à legalidade. É sem dúvida um grande passo para que amanhã, esses microempreendedores se tornem sócios de uma microempresa e isso se torne um círculo de crescimento econômico para as comunidades e para o Brasil. (SANTOS, 2010)

Segundo Andrade (2014), dos 3,3 milhões de microempreendedores individuais formalizados no Brasil, 53% são do sexo masculino, e 47% do sexo feminino. Destaca-se que as mulheres estão empreendendo com significado no setor do comércio (42%), (39%) nos serviços e (18%) na indústria. Elas preferem atividades: Comércio de artigos de vestuário (17,4%), serviços de cabeleireiros e atividades de estética (17,1%). Quanto ao público masculino, a participação maior é na construção civil e no comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios.

Além de oferecer uma redução da carga tributária, da regularização do empreendedor que antes não garantia benefícios na informalidade, nem de benefícios previdenciários, a nova lei oferece oportunidade ao profissional de desenvolvimento e inserção social. A partir do momento em que este está

regularizado, é capaz de vender a outras empresas seus produtos, tem oportunidade de contratar funcionários regularmente e, se possível, atingir um faturamento maior, conseguindo no próximo ano o enquadramento no simples. (SCALCO, 2013)

De acordo com os dados da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis – FENACON, os empreendedores brasileiros se dedicam em sua maioria aos setores de comércio e serviços ante os de indústria e de construção civil (5%). Comércio e serviços acabam saindo na frente por necessitarem de menos investimentos iniciais, por exemplo. No entanto, nem sempre as empresas dessas áreas têm condições de crescer, gerar mais empregos, investir em pesquisa e desbravar novos mercados.

Analisando o apresentado por Barreto (2010), destaca-se que a taxa de mortalidade vem diminuindo nos últimos 10 anos, e como marco positivo, aponta-se que em julho de 2013 houve um aumento da taxa de sobrevivência, que chegou a 76%. Em 2009, esse índice era de 50%. No período inicial da atividade, a empresa ainda não é conhecida no mercado, não possui mercado consumidor e, muitas vezes, os empreendedores possuem pouca ou nenhuma experiência em gestão. É o período mais crítico, haja vista que a empresa está se lançando no mercado e muitas vezes o empreendedor não conhece bem o próprio negócio. Mas, qualquer taxa de sobrevivência acima de 70% já pode ser considerada positiva.

Segundo estudo realizado por Andrade (2014), para que o empreendimento obtenha sucesso, a eficiência da gestão é vital, caso contrário, as dificuldades que aparecerem podem minar o negócio. As principais dificuldades apontadas na pesquisa:

Quadro 1 – Dificuldades enfrentadas

Dificuldade	Percentual
Conseguir crédito/financiamento	21,2%
Conquistar clientes/vendas	13,4%
Administrar o próprio negócio	6,7%
Concorrência	4,6%
Cumprir obrigações legais	3,6%

Fonte: adaptado de Andrade (2014)

No Brasil é comum que muitos empreendedores vendam seu patrimônio, como casa, carro, para conseguir o capital necessário aos investimentos, enquanto isso, os bancos públicos preferem emprestar o dinheiro a grandes empresas.

2.3 Micro e Pequenas Empresas

As micro e pequenas empresas são representadas por pequenos negócios varejistas ou de prestação de serviços, por meio de empresário individual ou individual limitada, empresas simples, formalizadas conforme legislação pátria. Essas empresas podem ser escritórios, empresas familiares, franquias, associações, cooperativas, ou outras com o enquadramento específico.

Analisando o apresentado por Zangari Júnior (2007) se pode definir como micro e pequena empresa:

Uma Microempresa e pequena empresa é uma empresa que, qualquer que seja a atividade e a forma jurídica que adote, é dirigida pessoalmente por seus proprietários, possui um reduzido quadro de pessoal, não ocupa posição dominante em seu setor, não dispõe de elevados recursos econômicos, o valor de seu faturamento anual e seu capital é reduzido com relação ao setor econômico onde opera, não está direta ou indiretamente vinculada aos grandes grupos financeiros e, embora possa ter relações com outras grandes empresas, juridicamente não depende delas.

Outro fator de extrema importância na definição de micro e pequena empresa é determinar seu tamanho a partir de seu faturamento bruto anual. Portanto, a empresa que possuir um faturamento de até R\$ 360 mil é denominada de microempresa, já as que possuem seu faturamento superior a R\$ 360 mil com teto de R\$ 4 milhões e 800 mil é denominada microempresa. Outro critério de definição é pelo número de funcionários, onde as empresas que possuem até 19 funcionários são definidos como microempresas e de 20 a 99 funcionários define as pequenas empresas, em ambientes industriais, no ambiente de comércio/serviços as microempresas possuem até 9 funcionários e a pequena de 10 a 49 funcionários.

As micro e pequenas empresas possuem muita importância no quadro social e econômico, e mesmo com tanta representatividade no mercado precisam que sejam considerados meios de fomentar os investimentos crescentes nesse setor,

sendo crescente sua valorização nacional e internacional devido ao empreendedorismo e ao fenômeno da desverticalização.

Para Souza (2005, p. 25), mais do que sua importância socioeconômica, as pequenas empresas contribuem nos mais variados campos, se destacando:

- Estímulo à livre iniciativa e à capacidade empreendedora;
- Relação capital/trabalho mais harmoniosa;
- Possível contribuição para a geração de novos empregos e absorção de mão-de-obra, seja pelo crescimento das pequenas empresas já existentes ou pelo surgimento de novas;
- Efeito amortecedor dos impactos do desemprego;
- Efeito amortecedor das consequências das flutuações na atividade econômica;
- Manutenção de certo nível de atividade econômica em determinadas regiões;
- Contribuição para a descentralização das atividades econômicas, em especial na função de complementação às grandes empresas;
- Potencial de assimilação, adaptação, introdução e, algumas vezes, geração de novas tecnologias de produto e de processo.

Assim sendo, destaca-se que as micro e pequenas empresas mesmo com o grande destaque no cenário econômico e a necessidade de valorização devido a possuírem uma gestão mais dinâmica e acessível, além da geração de empregos e geração de renda, são importantes tanto no campo econômico como no campo social.

Segundo Chiavenato (2008, p.3):

As pequenas empresas constituem o cerne da dinâmica da economia dos países, as impulsionadoras do mercado, as geradoras de oportunidades, as proporcionadoras de empregos mesmo em situações de recessão. Boa parte da oferta de empregos nos países adiantados provém das empresas de pequeno porte, ao passo que as grandes empresas estão reduzindo seus quadros de pessoal.

Os avanços no âmbito das micro e pequenas empresas ocorreram a partir de 1988, quando buscou-se o associativismo como forma de interlocução perante governos e empreendimentos. Assim, foram criados diversos sindicatos de forma a criar-se uma base de apoio ao crescimento dessas novas empresas. Com isso, nos anos 2000, esse novo setor pôde gerar metade dos empregos formais contabilizados no país, sendo que em 2008, os pequenos negócios correspondiam a 51% dos empregos de carteira assinada, em média 20% do produto interno bruto do país.

Nos anos que se seguiram, as micro e pequenas empresas deslancharam em certo crescimento de empregos e aumento de sua produtividade, devido ao fato da expansão das atividades econômicas e demais avanços que o país obteve neste período. Nos dias de hoje, as MPE's representam grande importância para a manutenção do desenvolvimento econômico a fim de promover uma interação no mercado produtivo, através de novas tecnologias e em busca de avanço constante de métodos de gestão, propondo uma contribuição para a redistribuição de renda, sustentabilidade e crescimento contínuo do mercado.

Chiavenato (2008, p. 15) cita que “nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e os perigos não faltam.” Perante o exposto ele indica algumas das possíveis causas de mortalidade nas empresas, apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2- Causas comuns de falhas nos negócios

Inexperiência- 72 %	Incompetência do empreendedor
	Falta de Experiência de campo
	Falta de experiência profissional
	Experiência desequilibrada
Fatores econômicos - 20 %	Lucros insuficientes
	Juros elevados
	Perda de mercado
	Mercado consumidor restrito
	Nenhuma viabilidade futura
Vendas Insuficientes - 11 %	Fraca competitividade
	Recessão econômica
	Vendas Insuficientes
	Dificuldade de estoques
Despesas excessivas - 8 %	Dividas e cargas demasiadas
	Despesas operacionais
Outras causas – 3 %	Negligencia
	Capital insuficiente
	Clientes insatisfeitos
	Fraudes

Ativos insuficientes

Fonte: Chiavenato (2008)

Fabre *et al.* (2016) aponta as causas que contribuem para a mortalidade precoce das micro e pequenas empresas são variados e os estudos realizados indicam diversos sentidos. Assim, dividiram os fatores que contribuem para a mortalidade em três grandes blocos de variáveis, conforme o Quadro 3:

Quadro 3 - Classificação dos fatores contribuintes para a mortalidade precoce.

1. O empreendedor	2. O negócio	3. O ambiente externo
<ul style="list-style-type: none"> • Competência na gestão empresarial • Experiência no ramo • Nível de escolaridade • Profissionalização da relação com sócios 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso ao crédito • Mão de obra qualificada • Planejamento estratégico • Suporte jurídico e contábil • Qualidade de produtos e serviços • Inovação em produtos e serviços 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia legal e fiscal • Competição dos concorrentes • Demanda dos clientes <ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores, representantes, distribuidores e parceiros • Carga de impostos e tributos

Fonte: Fabres *et al.* (2016)

Em 2004 o SEBRAE realizou um estudo com o intuito de analisar as taxas e causas de mortalidade das empresas brasileiras, assim pôde-se observar que a taxa de mortalidade para as empresas com até dois anos de existência é de 49,4%; até três anos de existência, 56,4%; e até quatro anos de existência, 59,9%. Obteve-se essas taxas de mortalidade apresentadas a partir de causas bem específicas como: inexistência de perfil empreendedor ou pouco desenvolvido, falta de planejamento, má gestão, falta de apoio governamental como políticas públicas, falta de crescimento da economia brasileira, falta de conhecimentos gerenciais, instalações inadequadas, etc.

3. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo aborda a pesquisa realizada no município de Caratinga/MG com empreendedores sobre as questões da contabilidade ambiental. A pesquisa foi realizada com 20 empresários, gestores de pequenas empresas e micro empreendedores individuais. A escolha se deu com base na popularidade das empresas e com a concordância dos gestores em participar.

3.1 Metodologia

A princípio, se propôs a realizar uma pesquisa de revisão de bibliografia, embasada em livros e artigos de autores que sejam estudiosos do assunto, bem como na legislação pertinente ao tema.

Em um segundo momento se realizou uma pesquisa de levantamento de dados, buscando informações junto às pequenas empresas no município de Caratinga/MG a fim de se colher informações sobre os gestores das empresas selecionadas.

Foi realizada uma entrevista com os gestores de 20 pequenas empresas no município de Caratinga, sobre sua compreensão da contabilidade ambiental e a aplicação dos princípios em suas respectivas empresas. O questionário possui 12 perguntas, sendo 06 questões abertas e 06 questões fechadas.

3.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada no período de 07 a 18 de outubro de 2019. Os empresários foram entrevistados nas sedes de suas empresas no período da tarde. Foram informados que os dados levantados são somente para fins acadêmicos e que seus dados pessoais não serão revelados.

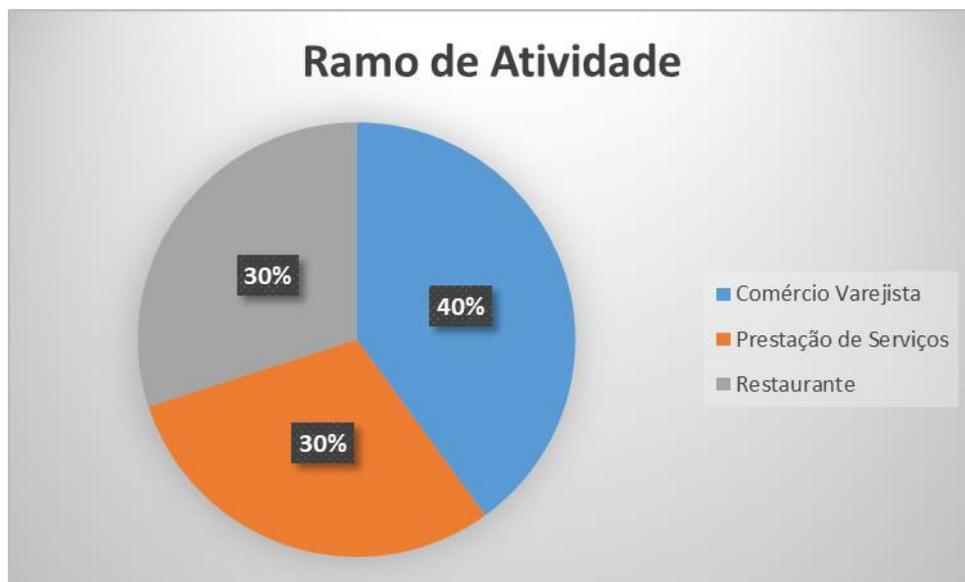
A escolha das empresas foi realizada com base na popularidade das empresas e na concordância dos empreendedores em participar da pesquisa. Todos os empresários que foram procurados para participar da pesquisa apresentaram boa vontade em participar, desde que os dados não fossem repassados para outros fins.

3.3 Análise dos Dados

Os dados do questionário estão representados por meio de gráficos (para as questões fechadas e algumas abertas) e com a apresentação de algumas respostas (para algumas das questões abertas)

Na primeira questão os entrevistados responderam sobre o ramo de atividade em que atuam. O gráfico 01 demonstra as respostas dos entrevistados:

Gráfico 01 – Ramo de atividade



Fonte: as autoras (2019)

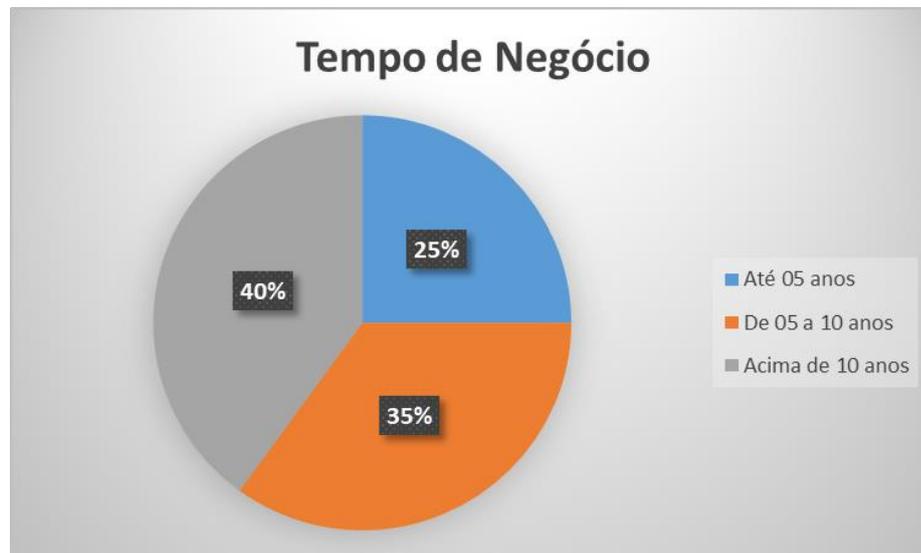
Conforme apresentado, 40% dos entrevistados dedicam-se ao comércio varejista, 30% atuam com a prestação de serviços e outros 30% trabalham com restaurante (fornecimento de marmitex ou prato-feito).

Buscou-se uma diversidade de entrevistados, com ramos diferentes de atuação, a fim de que se pudesse perceber a realidade destas três áreas de atuação e como a contabilidade é percebido por seus gestores.

Contudo, buscou-se não abranger uma quantidade de áreas muito grandes, pois desta maneira as informações ficariam fragmentadas pois seriam muitas áreas para um pequeno número de entrevistados.

Na segunda questão os entrevistados responderam sobre a quantidade de tempo em que atuam neste ramo de negócio em específico. As respostas estão descritas no gráfico 02:

Gráfico 02 – Quantidade de Tempo no Negócio

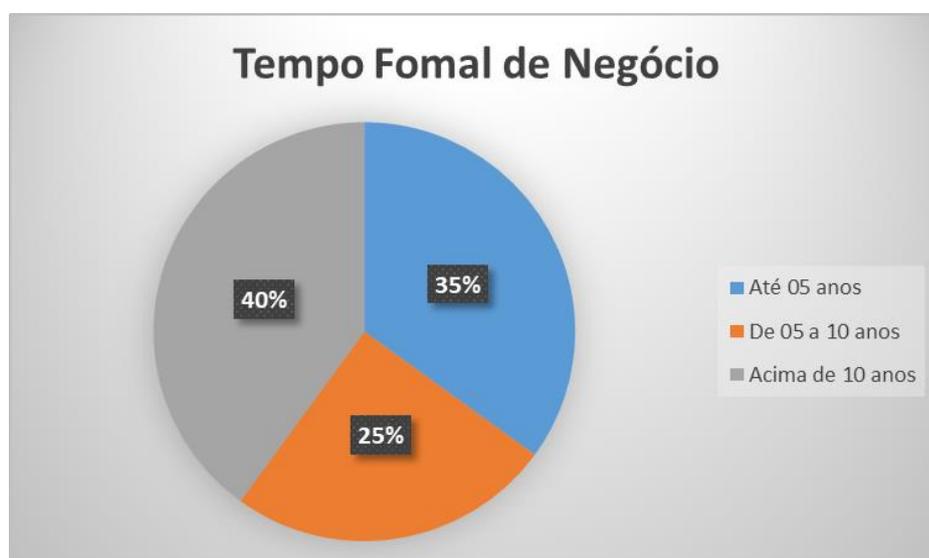


Fonte: as autoras (2019)

Pelo exposto no gráfico 02, os entrevistados que possuem até 05 anos de negócio é um percentual de 25%, enquanto os que possuem de 05 a 10 anos representam 35% e os que possuem mais de 10 anos totalizam 40%.

Na questão de número 03 os entrevistados foram questionados sobre a quantidade de tempo em que atuam na formalidade. O gráfico 03 apresenta as respostas encontradas:

Gráfico 03 – Tempo formal no negócio



Fonte: as autoras

Observando aquilo que foi exposto no gráfico 03, os empresários que possuem até 05 anos de atividade formal são 35%, os de 05 a 10 anos são 25% e os 40% restante possuem mais de 10 anos de atividade formalizada.

Se comparados os gráficos 02 e 03, se pode perceber que nem há um período de atividade na área de atuação sem registro formal por aproximadamente 10% dos entrevistados.

Na questão 04, os entrevistados foram questionados sobre realizar planejamento de redução de custos dentro do empreendimento. No gráfico 04 podem ser visualizadas as respostas dos entrevistados:

Gráfico 04 –Planejamento para redução de Custos



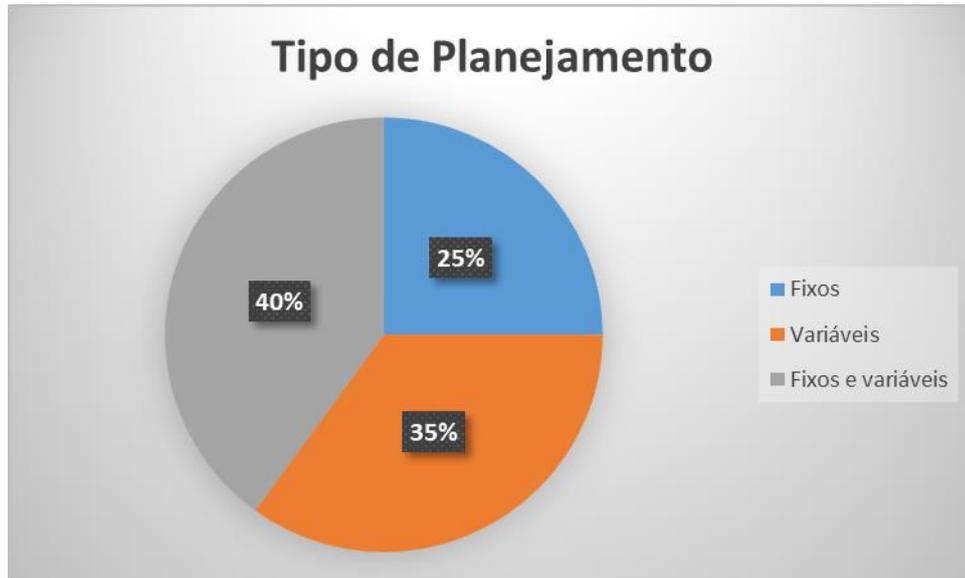
Fonte: as autoras (2019)

Conforme o apresentado no gráfico 04, dos entrevistados 40% afirmou realizar planejamento para redução de custos, 30% disse que não realiza o planejamento e 30% nunca pensou a respeito sobre o assunto.

É importante compreender que a redução de custos é fundamental para que a empresa seja mais competitiva, pois com a redução de custos é possível a redução dos valores de produtos e serviços prestados frente aos valores dos concorrentes.

Em caso de resposta positiva na questão anterior, os entrevistados responderam sobre como é o tipo de planejamento de custos. No gráfico 05 se encontram as respostas dos entrevistados:

Gráfico 05 – Tipo de Planejamento de Custos

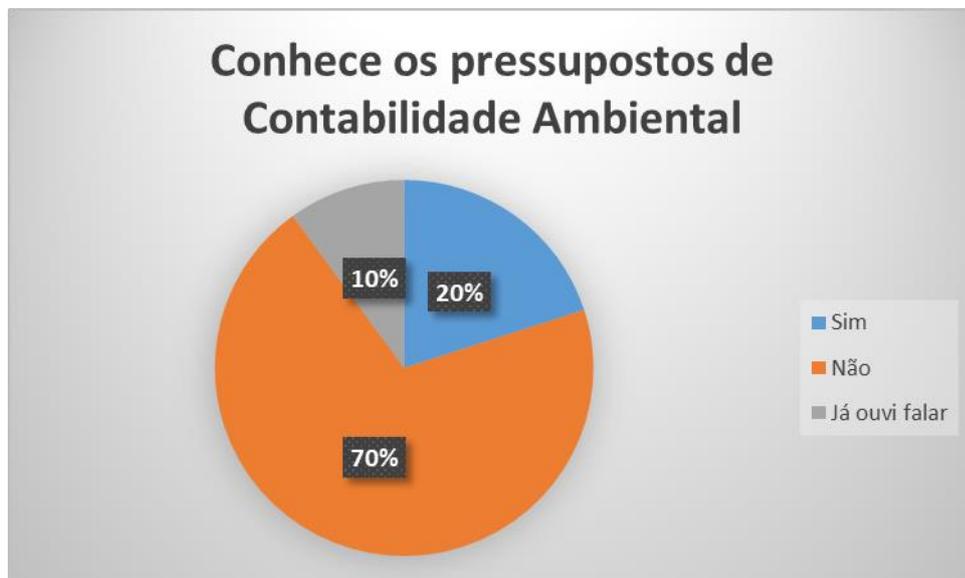


Fonte: as autoras (2019)

Dos entrevistados que responderam realizar planejamento para redução de custos, 25% buscam a redução de custos fixos, 35% afirmou que planejam redução de custos variáveis e 40% disse que busca a redução de ambos, tanto fixos quanto variáveis.

Na questão 06 os entrevistados responderam sobre conhecer o conceito de Contabilidade Ambiental. No gráfico 06 podem ser vistas as respostas:

Gráfico 06 – Conhece o conceito de Contabilidade Ambiental



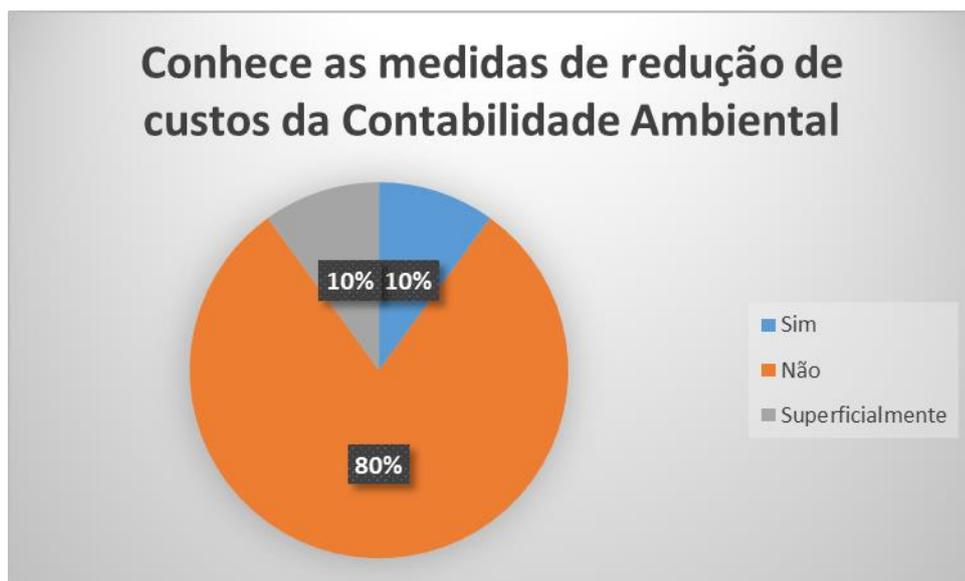
Fonte: as autoras (2019)

Com base no apresentado no gráfico 06, percebe-se que somente 20% dos entrevistados afirmou conhecer os pressupostos da Contabilidade Ambiental, enquanto a maioria de 70% disse que não conhece e apenas 10% afirmou que já ouviu falar.

Muitos dos empresários que atuam no mercado podem ser chamados de empreendedores devido ao fato de que possuem tino comercial, mas não tem formação em área de ciências gerenciais para inserir conceitos como os da Contabilidade Ambiental na gestão de suas empresas.

Na questão 07, os empresários foram questionados sobre conhecer as medidas de redução de custos provenientes da Contabilidade Ambiental. No gráfico 07 são encontradas as respostas:

Gráfico 07 – Conhece as medidas de redução de custos da Contabilidade Ambiental



Fonte: as autoras (2019)

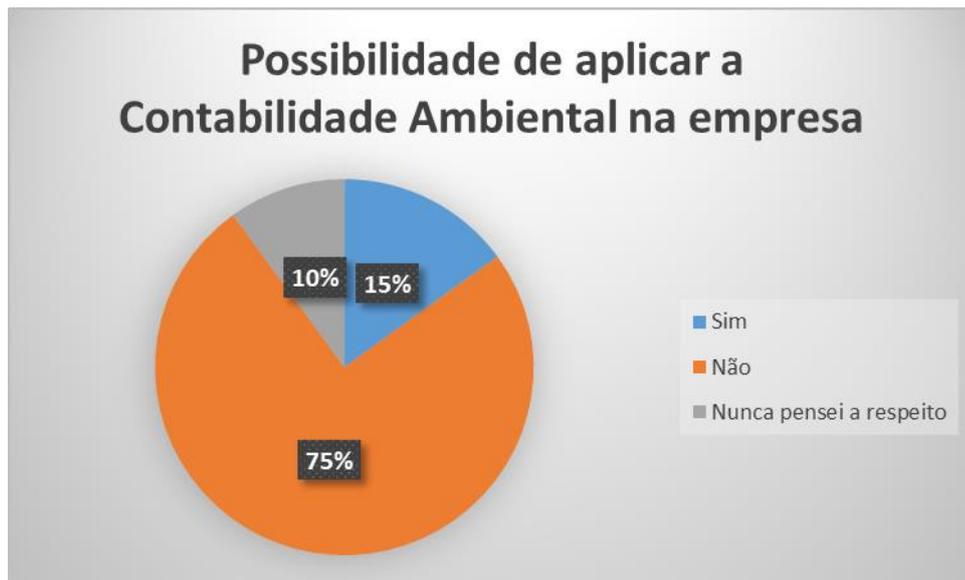
Conforme os dados apresentados no gráfico 07, apenas 10% dos entrevistados conhecem as medidas que podem ser utilizadas na redução de custos com base nos pressupostos da Contabilidade Ambiental, a maioria de 80% disse que não conhece tais medidas e 10% afirmou conhecer superficialmente.

Pode-se dizer que os pressupostos da Contabilidade Ambiental podem ser ferramentas de gerenciamento importantes para que haja um desenvolvimento da empresa, promovendo mais eficiência, redução de custos e sustentabilidade. Não é necessário que o empresário possua formação em Contabilidade para utilizar esses

pressupostos, basta apenas estudá-los e aplicá-los conforme a realidade de sua empresa.

Na questão 08 os empresários responderam sobre a possibilidade de aplicação das medidas da Contabilidade Ambiental em sua empresa. As respostas constam no gráfico 08:

Gráfico 08 – Possibilidade de aplicar a Contabilidade Ambiental na empresa



Fonte: as autoras (2019)

Referente aos dados apresentados no gráfico 08, percebe-se que 15% dos entrevistados afirmou que acredita ser possível aplicar os pressupostos da Contabilidade Ambiental na empresa, enquanto 75% disse que não acredita nessa possibilidade e os 10% restante afirmou nunca haver pensado a respeito.

Para que os entrevistados pudessem responder à questão número 09, lhes foi esclarecido que a Contabilidade Ambiental possui alguns pressupostos de que o desenvolvimento sustentável pode ser uma boa alternativa na redução de custos, com base nos passivos e ativos ambientais, e outras previsões. Após isso se questionou se os empresários utilizam algum tipo de recurso sustentável para a redução de custos. As respostas estão descritas no gráfico 09:

Gráfico 09 – Utiliza recurso sustentável



Fonte: as autoras (2019)

De acordo com o exposto, 25% dos entrevistados declaram utilizar recursos sustentáveis na empresa, 65% disse que não utiliza e 10% afirmou que não pensou a respeito.

Salienta-se que métodos sustentáveis podem favorecer a empresa não somente com relação à preservação de recursos naturais, mas também como meio de redução de custos voltados para o consumo de insumos ou de geração de resíduos, e também pode ser uma forma de construção de uma imagem positiva no mercado, podendo assim, ser considerado como ativo intangível.

Na questão número 10 os empresários que responderam positivamente à questão anterior deveriam apontar quais os recursos sustentáveis que utilizam na empresa. As respostas estão descritas na íntegra:

Adotamos a troca das lâmpadas fluorescentes pelas de LED, trabalhamos com o padrão mínimo de impressão em papel, salvando a maior parte em arquivos PDF para evitar a impressão. (Empresário 01).

Como trabalhamos com restaurante, há um gasto muito grande energia e água. O primeiro trabalho que realizamos foi a troca das lâmpadas por mais econômicas, a troca das descargas do banheiro para aquelas com duas opções de quantidade água e torneiras de pressão para que não sejam esquecidas abertas. (Empresário 02)

Realizamos a troca de copos descartáveis por copos de vidro, evitando o acúmulo de lixo, fazemos a separação do lixo e destinamos papéis e plásticos para a coleta seletiva e trocamos as lâmpadas convencionais pelas de LED. (Empresário 03)

Nosso restaurante fornece almoço de segunda a sábado, o que acaba gerando muito lixo, principalmente cascas de frutas e legumes, restos de leguminosas e embalagens de produtos (plástico e papel). Buscamos trocar ou doar os restos de legumes e verduras para pessoas que trabalham com compostagem (produção de adubo) e para quem necessita de tratar de animais (porcos e galinhas). As embalagens plásticas e de papelão são destinadas à reciclagem. Procuramos reaproveitar a água de bacias onde são lavadas as verduras e legumes para lavar o chão. Colocamos descargas mais econômicas nos banheiro e torneiras com timer para evitar o desperdício de água. (Empresário 04)

Quando fomos montar nosso restaurante percebemos que a construção era muito antiga e a fiação muito velha. Pedimos que um electricista realizasse a troca do sistema elétrico por um mais novo e mais econômico, trocamos as torneiras e descargas dos banheiros e colocamos lâmpadas de LED. (Empresário 05)

Pelo exposto nos depoimentos dos entrevistados, foram adotados alguns conceitos simples de sustentabilidade que puderam promover a redução de custos com água e luz, em sua maioria. Os demais, como separação do lixo úmido para o reciclado, apesar de ser uma medida importante, não gera diretamente redução dos custos para a empresa.

Na questão de número 11 os entrevistados responderam sobre entender o que são os ativos e passivos ambientais. Algumas das respostas estão transcritas na íntegra:

Sim. Meu filho cursa Contabilidade na modalidade EAD e procuro acompanhar algumas coisas com ele. Tinha uma disciplina sobre Contabilidade Ambiental e me dediquei a ler os conteúdos. (Empresário 06)

Entendo um pouco. Já tenho um conhecimento básico sobre ativos e passivos e já li alguma coisa sobre ativos e passivos ambientais. Contudo, não saberia como aplicar esses conceitos na prática. (Empresário 07)

Não. Sei que ativo é tudo que é dinheiro ou pode virar dinheiro e que passivo são todas as obrigações, como dívidas e impostos. Mas sobre ativos e passivos ambientais não sei. (Empresário 08)

Não. Ativo e passivo entendo um pouco, mas sobre os ambientais nunca ouvi falar. Tudo hoje em dia é levado para a questão ambiental, não é? Só que ninguém cumpre de verdade. (Empresário 09)

Não. Acredito que sejam conceitos novos, por causa dessas mudanças no mercado, sustentabilidade e tal. Mas não tenho conhecimento do que realmente é. (Empresário 10)

As respostas apresentadas destacam que a maioria dos entrevistados não possuem um conhecimento adequado do que é a Contabilidade Ambiental e o que

são os ativos e passivos ambientais. Aqueles que afirmaram ter algum conhecimento sobre o assunto buscaram as informações por si próprios.

A questão número 12 interpelou os entrevistados sobre o empresário haver conversado com o contador sobre os pressupostos da Contabilidade Ambiental. As respostas estão descritas no gráfico 10:

Gráfico 10 – Conversou com o contador sobre Contabilidade Ambiental



Fonte: as autoras (2019)

Conforme o gráfico 10, somente 10% dos entrevistados apresentaram interesse em conversar com o contador sobre Contabilidade Ambiental, enquanto a maioria de 80% dos entrevistados disse que não e os 10% restante afirmou nunca haver pensado a respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedor é aquele que está atento às mudanças de mercado com vistas a se estabelecer. A partir das necessidades do mercado é que o empreendedor deve planejar suas ações para que obtenha sucesso.

O Administrador, por sua vez, é um profissional que está atento às premissas gerenciais e rotinas administrativas. Deve considerar os aspectos da organização, prezando pelo funcionamento da empresa de maneira integral, reduzindo os conflitos e melhorando a execução do trabalho.

O planejamento deve ser uma constante tanto para o administrador quanto para o empreendedor e precisa conter um conjunto de ações estratégicas que possam ser adaptadas às mudanças recorrentes do mercado. É importante que seja estabelecida uma estratégia de acordo com a realidade do mercado vivenciada.

A organização da atividade é essencial para a configuração do Administrador/Empreendedor. O porte do estabelecimento não tem necessária relação com a complexidade da organização. Não é elemento essencial da organização da atividade que haja concurso do trabalho de outras pessoas além do empresário.

O fato de a atividade ser organizada implica que o empresário deve utilizar-se necessariamente de um estabelecimento, um complexo de bens organizados e destinados para o exercício da atividade. Não importa o tamanho do estabelecimento, certo é que deverá haver sempre o necessário dispor de determinado complexo de bens para o exercício da atividade empresarial.

Neste sentido, buscou-se nesta pesquisa a análise da utilização dos preceitos da Contabilidade Ambiental como instrumentos para redução de custos variáveis em pequenas empresas no município de Caratinga.

Na realização da pesquisa foi possível perceber que grande parte dos empresários entrevistados, mesmo os com muito tempo na gestão do seu negócio, não possuem conhecimentos relativos à contabilidade ambiental, ativo ou passivo ambiental.

Para eles, a simples troca de lâmpada e de copos descartáveis por copos de vidro configuram medidas de Contabilidade Ambiental, não percebendo que os preceitos vão muito além de medidas simples.

Não ficou claro que medidas que reduzam o impacto ambiental na comunidade onde se inserem não é o mesmo que contabilidade ambiental como redução de custos. São medidas que podem fazer parte, mas não configuram como ações de Contabilidade Ambiental.

Salienta-se que seria necessária uma conscientização dos empresários do município sobre essas questões e como a Contabilidade Ambiental auxilia nessas questões de redução de custos variáveis e como é possível construir um patrimônio intangível à partir disso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rosival. Análise do Perfil do Microempreendedor Individual. Disponível em: <http://mundodomei.blogspot.com.br/2014/02/artigo-cientifico-sobre-mei-analise-do.html>. Acessado em 28 de setembro de 2019.

BARRETO, Luiz. Entrevista concedida ao portal Relações de Trabalho. Disponível em: <http://www.relacoesdotrabalho.com.br/profiles/blogs/no-brasil-econ-mico-a-atual-taxa-de-mortalidade-das-empresas-de>. Acessado em 03 de outubro de 2019.

BERNARDO, D. C. R. Investimentos em responsabilidade social: um estudo dos balanços sociais publicados pelas sociedades anônimas de capital aberto no Brasil. Dissertação (Mestrado). Lavras: UFLA, 2005.

BERTOLI, A. L.; RIBEIRO, M. S. Passivo ambiental: estudo de caso da Petróleo Brasileiro SA-Petrobrás. A repercussão ambiental nas demonstrações contábeis, em consequência dos acidentes ocorridos. Revista de Administração Contemporânea. v. 10, n. 2, Curitiba. p. 117 – 136, Abr. 2006.

BORNIA, A. C. Análise Gerencial de Custos: Aplicação em empresas modernas. São Paulo: Brookman, 2002.

BRAGA, C. Contabilidade Ambiental: Ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

CHARONE, Filipe. Análise da Figura do Microempreendedor Individual. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/analise-da-figura-do-microempreendedor-individual-mei/58690/>. Acessado em 02 de outubro de 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2ªed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 8º Reimpressão.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: Dando asas ao espírito empreendedor. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.255/09**, de 10 de dezembro de 2009. Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

FABRES, S. *et al.* **A Correlação entre a mortalidade das Micro e Pequenas Empresas e o índice de Inflação no Brasil**. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Natalia/Downloads/01464653177.pdf>. Acessado em: 26 outubro 2019.

FENACON – Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis. A Atual Taxa de Mortalidade das Empresas Mostra Avanços. Disponível em: <http://www.fenacon.org.br/noticias-completas/1568>. Acessado em 26 de setembro de 2019.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade ambiental. Relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. Em: <http://br.monografias.com/trabalhos/contabilidade-ambiental/contabilidade-ambiental.shtml>. Acessado em: 16 de novembro de 2019.

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Jefferson Dias. FREITAS, Ricardo Costa. O “Microempreendedor Individual”: Um Passo Positivo para a Economia Brasileira. Disponível em: [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/7ff4db7574e364c803256ebc004add8c/17b19cb657e41c018325756d0082a5b2/\\$FILE/NT0003DE42.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/7ff4db7574e364c803256ebc004add8c/17b19cb657e41c018325756d0082a5b2/$FILE/NT0003DE42.pdf). Acessado em 04 de outubro de 2019.

SCALCO, Diane Inácio. BAINHA, Adriana. Microempreendedor Individual: Um Enfoque na Empresa Individual com Responsabilidade Limitada. Disponível em: <http://www.revistaborges.com.br/index.php/borges/article/viewFile/37/100>. Acessado em 30 de setembro de 2019.

SEBRAE - Serviço de Apoio às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte; DIEESE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa**, 2008. Disponível em <http://www.biblioteca.sebrae.com.br>. Acessado em 08 de outubro de 2019.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Lei Geral**. 2016. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/lei-geral-completa-10-anos-e-beneficia-milhoes-de-empresas,baebd455e8d08410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acessado em: 26 de outubro de 2019.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Disponível em:< <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acessado em 03 de novembro de 2019.

SOUZA, M. C. A. F. **Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial**. Brasília: Sebrae, 1995.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e Gestão Ambiental, 3. ed, São Paulo: Atlas, 2011.

ZANGARI JÚNIOR, J. **O Direito do Trabalho e as Pequenas e Microempresas: Uma Proposta de Tratamento Jurídico Diferenciado**. Pontifica Universidade Católica de São Paulo. **Trabalho de Conclusão de Curso**. 2007. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp041158.pdf>>. Acesso em 26 de outubro de 2019.